

BRASIL

Estados mais atingidos pela crise foram MG e SP, segundo o governo

TRABALHO

Ministério amplia seguro-desemprego

Parcelas adicionais beneficiam funcionários demitidos de 42 setores em 16 estados

VIVIANE MONTEIRO
BRASÍLIA

O governo concedeu ontem adicional de duas parcelas de seguro-desemprego para funcionários demitidos em dezembro. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Lupi, serão beneficiados 103,7 mil funcionários demitidos sem justa causa no último mês de 2008, de 16 estados e que trabalhavam em 42 subsetores. O adicional das parcelas começará a ser pago a partir de abril.

Segundo o ministério, os estados mais atingidos pela crise foram Minas Gerais e São Paulo, pólos industriais. No estado paulista, as demissões atingiram 44,3 mil funcionários em dezembro, enquanto que no estado mineiro o número de demitidos foi de 41,4 mil. Na Amazônia, onde fica a Zona Franca de Manaus, pólo industrial focado no mercado externo, as demissões somaram 2,399 mil. Além desses três estados, a medida beneficia os demitidos no Amapá, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

O pagamento extra da parcela

do seguro-desemprego vai beneficiar os demitidos pelas indústrias de metalurgia, mineração, mecânica, eletroeletrônica, transporte, fumo, papel, borracha, alimentos, couro e têxtil, que têm foco no setor exportador.

Demitidos da Embraer

Pelo fato de a medida ser destinada apenas a funcionários demitidos em dezembro, o ministro informou que os 4,2 mil demitidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), no início deste ano, não serão contemplados. "As demissões da Embraer seriam atendidas caso a perda de emprego na mesma proporção se repetisse em janeiro e fevereiro", disse o ministro. No entanto, Lupi afirmou que o caso das demissões da Embraer serão analisados. "Vamos examinar quais as medidas seriam destinadas aos funcionários demitidos pela Embraer, se será o caso do bolsa-auxílio", disse.

O seguro-desemprego extra causará um impacto de até R\$ 126 milhões nos cofres do governo federal. Essa é mais uma medida do governo a fim de atenuar os impactos da crise financeira internacional que prejudicou principalmente o setor industrial que tem foco no mercado externo.

A proposta do ministério foi viabilizada pela Resolução número 592, de 05 de fevereiro,

editada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As medidas serão aprovadas ainda pelo conselho em 30 deste mês.

Os critérios adotados pelo FAT para a concessão do adicional das parcelas do seguro-desemprego consideraram uma perda de 30% no quadro de emprego nos 42 subsetores localizados nos 16 estados. O cálculo teve como base as demissões de dezembro de 2008, janeiro e fevereiro deste ano, cujas médias de demissões foram comparadas com as do mesmo período desde 2003.

O ministro Lupi diz acreditar que não será necessário prorrogar a medida para os meses seguintes. "Temos indicações de que a economia está voltando a se aquecer; e a tendência é de crescimento do emprego nos próximos meses", disse o ministro. Ele lembrou que em fevereiro o saldo do emprego voltou a ficar positivo, ao totalizar mais de 9 mil vagas, e a expectativa para março é de um saldo positivo de cerca de 100 mil empregos.

Segundo Lupi, o Brasil é o primeiro país a mostrar reação positiva no emprego em plena crise financeira internacional. "O Brasil foi o primeiro país a dar sinal positivo no emprego. Isso decorre do aumento do salário-mínimo e das medidas adotadas pelo governo para aumentar a liquidez de crédito no Brasil", disse.

Secretário do Emprego de SP apoia ampliação, mas critica alcance da medida

ANA CAROLINA SAITO | SÃO PAULO

O secretário do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, disse ontem apoiar a ampliação do seguro-desemprego de cinco para sete parcelas, mas criticou a restrição da medida a determinados setores da economia. "A ampliação do prazo o é absolutamente correta. O que é incorreto é dizer que isso deve ser feito por setor. Isso é uma aberração", afir-

mou o secretário. Afif argumentou que o problema do emprego não é setorial, é generalizado. "Não há como diferenciar trabalhador desempregado de um setor e de outro.

Afif defendeu ainda a aprovação do cadastro positivo, como forma de reduzir o spread. "O Congresso tem um projeto de cadastro positivo, por proposta do governo federal, arrastado por quatro anos. Falta empenho do governo para a aprovação da medida", disse.

O secretário paulista propôs que o Governo destine o restante dos depósitos compulsórios retidos no Banco Central às pequenas e médias empresa, que tem dificuldades de acesso às linhas de crédito, "monopolizadas" hoje pelos grandes grupos. "Existe uma enorme montanha de depósitos compulsórios. No nosso entendimento, esse dinheiro deve ser injetado e destinado às pequenas e médias empresas", afirmou Afif

Resolução divide opiniões de especialistas

ANDREZZA QUEIROGA
SÃO PAULO

Apesar de ser considerada válida e contar com critérios técnicos que justificam a inclusão de determinados segmentos econômicos, a Resolução 592 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é considerada inconstitucional por alguns advogados trabalhistas. Eles ressaltam também que a norma abre precedentes para que trabalhadores dos setores excluídos na medida requeiram na Justiça o adicional de duas parcelas do seguro-desemprego.

De acordo com o advogado Marcos Vinícius Poliszczuk, sócio do escritório Fortunato, Cunha Zanão e Poliszczuk Advogados a medida fere, por exemplo, o princípio da isonomia, pois favorece deter-

minados setores em detrimento de outros. "Todos os segmentos contribuem igualmente com o FAT, tendo, consequentemente, o mesmo direito", afirma.

Segundo Poliszczuk, a expectativa é de que consultas e ações coletivas requerendo o direito ao adicional de duas parcelas do benefício aumente nos próximos meses. O advogado alerta para o fato de que "todos os trabalhadores, que não foram contemplados pela Resolução não só podem como devem interpor ações requerendo o direito previsto na medida", sustenta.

A advogada Sônia Mascaro Nascimento, do escritório que leva o seu nome, explica que para que os trabalhadores dos setores excluídos na resolução requeiram por via judicial o adicional de

parcelas, é preciso que comprovem que enfrentam as mesmas dificuldades dos segmentos contemplados pela medida. "O governo aplicou a norma com base em estudos e, para requerer este direito, é preciso que se prove que determinada área foi excluída de forma discriminatória, já que, teoricamente, enfrentaria as mesmas dificuldades econômicas", orienta. Para a advogada, mesmo diante deste impasse, a resolução deve ser vista de forma positiva e "benéfica ao trabalhador", observa.

Por outro lado, de acordo com Guilherme Gantus, do Gantus Advogados Associados, o fato de o adicional do seguro-desemprego ser voltado a áreas específicas não fere o princípio da igualdade, "por ter critérios bas-

REFORÇO DE CAIXA		
Estado	Subsetores de atividade econômica	Dez/08
Amazonas	Indústria metalúrgica	263
	Indústria mecânica	804
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	97
	Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	88
	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	284
Amapá	Transportes e comunicações	863
	Transportes e comunicações	79
Maranhão	Transportes e comunicações	32
	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	337
Ceará	Transportes e comunicações	79
	Indústria mecânica	489
Paraíba	Indústria de calçados	68
	Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	69
Pernambuco	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	222
	Extrativa mineral	1.274
Sergipe	Extrativa mineral	4.061
	Indústria metalúrgica	1.524
Bahia	Indústria mecânica	925
	Indústria do material elétrico e de comunicações	2.045
Minas Gerais	Indústria do material de transporte	1.067
	Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	2.311
Espírito Santo	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	4.201
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11.069
Rio de Janeiro	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	12.935
	Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	4.108
São Paulo	Comércio varejista	485
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	8.263
Rio Grande do Sul	Indústria metalúrgica	8.473
	Indústria mecânica	7.420
Paraná	Indústria do material de transporte	7.420
	Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	4.735
Santa Catarina	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	7.126
	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	8.295
Goiás	Indústria do material de transporte	1.634
	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	548
Rio Grande do Sul	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	1.145
	Indústria metalúrgica	854
Paraná	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	1.008
	Comércio atacadista	1.293
Santa Catarina	Indústria do material elétrico e de comunicações	414
	Indústria do material de transporte	817
Rio Grande do Sul	Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	1.522
	Indústria do material de transporte	381
TOTAL		103.707

Fonte: Banco Central

OIT pede que emprego seja priorizado na crise

AFP
GENÈBRA (SUIÇA)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez ontem um apelo à criação de um pacto mundial pelo emprego, que converta a questão em prioridade entre as medidas de reativação da economia mundial.

"Precisamos implementar o mais cedo possível uma estratégia de recuperação coerente, coordenada, e que esteja orientada para o emprego", disse em entrevista à imprensa o diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

"Se as medidas de estímulo atrasarem, a crise do emprego se tornará prolongada e severa, e sua recuperação só começaria a partir de 2011", advertiu Somavia.

Ele destacou que, segundo a OIT, o mundo precisará criar 90 milhões de novos postos de trabalho nos próximos dois anos se quiser evitar um aumento do desemprego, que afetava mais de 200 milhões de pessoas no ano passado.

Em suas previsões anuais pu-

blicadas em janeiro, a OIT estimou que a crise poderá fazer aumentar em 51 milhões o número de desempregados entre 2008 e 2009.

A organização advertiu que essas cifras, baseadas numa previsão de crescimento mundial de 0,5%, serão revistas para menos, tendo em conta que o FMI prevê, agora, recessão mundial de -0,5% a -1%.

Segundo uma análise da OIT, as medidas sociais representam, em média, apenas 9,2% dos gastos previstos nos planos de reativação colocados em prática em 40 Estados membros da Organização.

"Só a metade dos países analisados anunciaram iniciativas dirigidas ao mercado de trabalho, e os recursos que essas nações destinam a essas medidas são relativamente limitados", disse Raymond Torres, Diretor do Instituto Internacional de Estudos Trabalhistas da OIT.

O Instituto publicou sua análise ontem voltado para as discussões sobre o emprego que possam advir da reunião do G20 em Londres, no dia 2 de abril.

CELULOSE E PAPEL

Dólar alto afeta resultado da Suzano

MICHELI RUEDA/INVESTNEWS
SÃO PAULO

A Suzano Papel e Celulose informou ter registrado prejuízo de R\$ 451 milhões em 2008, ante lucro líquido de R\$ 537 milhões em 2007. No quarto trimestre, houve perda de R\$ 495 milhões, ante lucro líquido de R\$ 85 milhões no mesmo período de 2007. De acordo com a companhia, o resultado sofreu o impacto, principalmente, pelas despesas com variações cambiais e monetárias no valor de R\$ 739 milhões, em razão da forte apreciação do dólar.

A receita líquida de vendas somou R\$ 4,06 bilhões em 2008, crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior. Entre outubro e dezembro de 2008, a receita líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão, avanço de 14,2%. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu R\$ 1,469 bilhão em 2008, um avanço de 42,1% em

relação ao ano anterior. No quarto trimestre, o Ebitda foi de R\$ 382 milhões, alta de 84,4%

A despeito do prejuízo apresentado no ano passado, a Suzano apresenta solidez financeira, com perfil adequado da dívida — cerca de quatro anos de prazo médio —, custo competitivo e posição de caixa robusta — R\$ 2,2 bilhões, disse André Dorf, diretor de relações com investidores da companhia.

A Suzano apresentou recorde de produção de papel e celulose no quarto trimestre, com 654 mil toneladas, e em 2008, com 2,7 milhões de toneladas. Foram 329 mil toneladas de celulose no quarto trimestre, alta de 12% em relação ao mesmo período de 2007. No ano o total foi de 1,320 milhão de toneladas, 65,2% mais. A produção de papel foi de 302 mil toneladas no quarto trimestre, avanço de 4,13%. No ano foram 1,162 milhão de toneladas, 3,3% mais.